

DIMENSÕES DE GOVERNANÇA APLICADAS NO TURISMO: QUAIS SÃO APLICADAS NO TURISMO RURAL?

GOVERNANCE DIMENSIONS APPLIED IN TOURISM: WHAT ARE APPLIED IN RURAL TOURISM?

Autores: Sirlei de Andrade Maciel¹; Erlaine Binotto¹; Thais Cremon¹; Ana Claudia Machado Padilha²

Filiação: PPGAgronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD¹

PPGAdm da Universidade de Passo Fundo - UPF²

E-mails: sirlei_a_maciel@hotmail.com; erlainebinotto@ufgd.edu.br;
thaiscremon@ufgd.edu.br; anapadilha@upf.br

Governança e gestão do agronegócio: GT02

Resumo

Este estudo objetivou identificar as dimensões de governança utilizadas no campo do turismo e quais foram utilizadas no turismo rural. Realizou-se uma revisão sistemática com a metodologia PRISMA. A palavra-chave "governance in tourism" na base de dados Sciencedirect, após a triagem, fase de seleção e extração, foram selecionados 30 artigos. As dimensões de governança encontradas na literatura foram: colaborativa, rede de governança ambiental, de localidade, do planejamento, corporativa, de turismo baseado na comunidade (CBT) e o turismo de operação de arrendamento (LOT), transfronteiriça, no turismo sustentável, de rede, ambiental, de destino, adaptativa, inteligente, transformadora, hierárquica e governança comunitária. Os artigos analisados merecem destaque, por ajudar os pesquisadores interessados em estudos utilizando abordagens de governança no Turismo, e servir como base teórica para o desenvolvimento de estudos futuros.

Palavras-chave: Governança, Turismo, revisão sistemática.

Abstract

This study aimed to identify the governance dimensions used in the tourism field and which were used in rural tourism. A systematic review was carried out according to the PRISMA methodology, with the keyword "governance in tourism" in the Sciencedirect database, which resulted in 134 articles. After the screening, selection and extraction phase, 30 articles were included in the revision. The governance dimensions found in the literature were: collaborative, environmental governance network, locality, planning, corporate, community-based tourism governance (CBT) and lease operation tourism (LOT), cross-border, in sustainable tourism, network, environmental, destination, adaptive, smart, transformative, hierarchical and community governance. Therefore, the articles evaluated deserve to be highlighted, as they help researchers interested in studies using governance approaches in tourism, and serve as a theoretical basis for the development of future studies.

Keywords: Governance, Tourism, systematic review.

1. Introdução

No contexto internacional, o turismo tem se apresentado como um dos setores que mais cresce no mundo (WTO, 2018). Responsável por 292 milhões de empregos globalmente e mesmo diante de desafios econômicos, o turismo representou 10% da riqueza gerada na economia mundial, evidenciando sua importância (OMT, 2018). No Brasil, o turismo apresentou um aumento no faturamento no primeiro semestre de 2019, sendo um dos maiores registrados pelo setor se comparado aos anos anteriores. A participação na economia representa 7,5% do total de empregos ofertados no país (WTTC, 2020).

O turismo apresenta uma relação entre culturas e formas de vida diferentes, apesar de ser uma das atividades mais dinâmicas do mundo, ainda é para as ciências sociais um fenômeno pouco conhecido, e representa um setor importante para a sociedade (Dachary; Burne, 2006).

Na medida em que as questões que envolvem o desenvolvimento sustentável do turismo tomam proporções globais, os aspectos sobre a atuação das organizações e seu papel na economia tornam-se cada vez mais relevantes, aumentando a necessidade de compreender como as relações coletivas são formadas e gerenciadas, como evoluem com o tempo e como se estabelecem dentro do sistema de turismo (Pereira, 2021). Dessa forma, a prática de governança é fundamental, pois visa direcionar os setores do turismo nos diferentes níveis de governo por meio de formas de coordenação, colaboração e cooperação eficientes, que ajudam a alcançar objetivos de interesse coletivo compartilhado por redes de atores envolvidos no setor, com o objetivo de desenvolver soluções e oportunidades por meio de acordos baseados nas responsabilidades compartilhadas (Duran Fuentes, 2013).

Com isso, o conceito de governança está relacionado à política, propósito ou suposição sobre a melhor forma de atingir esse propósito. Por essa razão, torna-se importante analisar as dimensões e os modelos de governança, pois um melhor conhecimento sobre governança ajudará a ter maior capacidade de concretização de políticas públicas (Gispert; Clave, 2020).

A questão a ser respondida é: quais são as dimensões de governança no turismo e especificamente no turismo rural, presentes na literatura? O objetivo deste artigo foi identificar na literatura as dimensões de governança utilizadas no campo do turismo e quais foram utilizadas no turismo rural. Espera-se que as contribuições desta pesquisa evidenciem além da importância das práticas da governança no setor do turismo, a sua relevância e possibilidades de estudos para o meio acadêmico a partir das análises dos panoramas de investigação.

2. Referencial Teórico

2.1 Turismo

No contexto internacional, o turismo acontece pela visita de turistas, para lazer, visitas a parentes e amigos, negócios, questões de saúde e religião (OMT, 2020). A atividade do turismo não se desenvolve sozinha, como uma empresa que não se constitui de forma isolada (Pimentel; Pimentel, 2015), pois depende de diversos atores e ações para oferecer um produto ou serviço. Para estabelecer a interação entre os atores, surgem as redes de cooperação, formada por diversos participantes, como os indivíduos, empresas e organizações que estabelecem elos entre si (Grin; Abrucio, 2018).

O turismo possui um caráter multidisciplinar pois envolve alto número de serviços e setores da economia. É uma atividade que requer planejamento, integração entre diferentes atores, colaboração entre os setores público e privado e inovação constante e, para alcançar o desenvolvimento por meio do turismo, não se pode perder a competitividade para o desenvolvimento turístico (Gomes, 2015).

A atividade do turismo possui características especiais que o diferenciam das outras atividades econômicas ou produtivas. Uma das características é o fato de o turismo ser uma prática social. A outra é ter o espaço como seu principal objeto de consumo, tendo como protagonistas principais os prestadores de serviços, os DMOs, o turista e a comunidade receptora (Cruz, 2006).

O crescimento do turismo a nível mundial continua a ser um dos principais fatos socioeconômicos e tem sua importância marcada pela contribuição para o equilíbrio da balança comercial, conforme demonstrado por Narayan e Sharma (2013) em sua investigação realizada em seis ilhas do Pacífico estudando a relação entre a indústria hoteleira e sua contribuição macroeconômica.

Folarin e Adeniyi (2019) apontaram algumas atividades turísticas que melhoram a distribuição de renda, como utilitários de passageiros, companhias aéreas, hotéis, resorts,

centros comerciais e locais de entretenimento. Portanto o turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve tecnologia e se caracteriza pelo movimento de pessoas para lugares diferentes do seu entorno habitual por múltiplas motivações, utilizando-se de serviços, estruturas e equipamentos diversos. Trata-se de um campo do conhecimento relacionado a áreas da ciência e de estudos que traduzem uma forte interdisciplinaridade com diretrizes claras. O setor de turismo depende de políticas públicas bem definidas que promovam, de forma sustentável, recursos naturais, valores sociais e padrões culturais das regiões. Por ser uma atividade complexa e em constante transformação, necessita ser analisado como um sistema produtivo, que abarca uma série de fatores, recursos, agentes e circunstâncias que necessitam de governança inteligente (Pereira, 2021).

Velasco-González (2013) analisa a Governança do turismo como um novo modelo de organizar os processos de inovação e mudanças que ocorrem no turismo, integrando sempre os participantes públicos e privados para ambos tomarem decisões em conjunto. Dessa forma é possível afirmar que os locais que obtêm governança no turismo passam a ter um atendimento mais humanitário, melhorando a visão de turismo comunitário e reforçando a relação entre os turistas e a população receptora (Lucila, 2017).

2.2 Governança

A governança diz respeito a como as sociedades são governadas ou dirigidas (Wang; Bramwell, 2012). Assim, a governança é geralmente vista como envolvendo atores governamentais e não governamentais trabalhando de forma coletiva, para garantir um objetivo em comum (Bramwell; Lane, 2011). Portanto, envolve um conjunto de regras e práticas, e os resultados afetam no acesso aos recursos (Howlett et al., 2009). Além disso, a boa governança é uma ferramenta importante para o desenvolvimento econômico (Acemoglu; Johnson, 2005). Conforme Ofori et al. (2022), a boa governança pode desempenhar um papel significativo na melhoria do desenvolvimento de infraestrutura e pode contribuir para atrair investimento estrangeiro direto.

Bramwell (2011) afirma que uma governança efetiva envolve mecanismos de coordenação e promoção de ações coletivas. Enquanto as ações coletivas enfatizam a participação de diversos atores para avançar no processo de tomada de decisão, os mecanismos de coordenação e promoção incluem regras de tomada de decisão, práticas estabelecidas e instrumentos adequados (Bramwell; Lane, 2011). Além disso, a governança eficaz também inclui vários princípios, incluindo participação, responsabilidade, transparência, poder, estado de direito e aprendizado social (Islam; Ruhanen; Ritchie, 2018).

No contexto do turismo, a governança implica os mecanismos de governar, dirigir, regular e mobilizar ações sociais e produzir ordem social em um destino (Bramwell; Lane; 2011). As formas de governança do turismo incluem níveis hierárquicos de governo formal, redes de atores, comunidades e mercados (Bramwell, 2011).

Estudos mostraram que diferentes tipos de estruturas de governança se manifestam no turismo, e que diferentes abordagens de governança operam ao mesmo tempo dentro de uma economia de destino (Beaumont; Dredge, 2010).

A governança colaborativa, por exemplo, é a colaboração de diferentes organizações dos setores público, privado e cívico trabalhando juntas como partes interessadas com base no consenso deliberativo e na tomada de decisão coletiva para alcançar objetivos compartilhados que não poderiam ser cumpridos individualmente (Emerson; Nabatchi; Balogh 2012).

A abordagem de governança em rede envolve a missão de uma organização, os valores de gestão, a estrutura organizacional, o controle de gestão, a hierarquias e sistemas de informação para gestão, procurando manter sempre um alinhamento com as diretrizes

estabelecido, onde decisões sobre recursos não são tomadas de forma independente, mas definidas em acordo com os demais participantes (Alvarez; Silva; Proença, 2002).

Governança corporativa significa um conjunto de boas práticas que tem como objetivo melhorar o desempenho das empresas por meio de maior controle interno (Marques, 2007), através dos princípios: *accountability*, *disclosure*, *compliance* e *fairness* (Bogoni et al., 2010). Os mecanismos de governança corporativa são instrumentos capazes de ajudar na tomada de decisão estratégica dos gestores (Mendes-da-Silva, 2003), de reduzir a assimetria informacional (Holm; Scholer, 2010), e minimizar a perda de valor de mercado oriunda de conflitos de agência entre tomadores de decisão e investidores de empresas (Silveira; Barros; Famá, 2008).

A governança ambiental se refere ao conjunto de processos regulatórios, mecanismos e organizações através dos quais os atores políticos influenciam as ações e resultados ambientais, envolvendo múltiplos segmentos da sociedade como as instituições governamentais, comunidades, empresas e a sociedade civil organizada (Agraval; Lemos, 2006).

A governança transfronteiriça é um processo político de tomada de decisão participativa para resolução de problemas transfronteiriços complexos e dinâmicos. Nesse processo, cada região pode definir seu método de coordenação por meio da inovação, experimentação, erro e reavaliação, criando oportunidades e capacidades para governar seu próprio desenvolvimento (Nelles; Durand, 2014).

O turismo de base comunitária (TBC) caracteriza-se como um modelo de desenvolvimento turístico focado nos recursos humanos, naturais e de infraestrutura endógenos à localidade, em que a população local tem o protagonismo na gestão de bens e serviços turísticos (Fabrino; Nascimento; Costa, 2016).

Para a abordagem de governança inteligente, são práticas entre setor público e privado, focando sempre na sustentabilidade, nas boas práticas para cidades inteligentes, no uso da tecnologia da informação, e em compartilhar essas informações (Scholl; Scholl, 2014).

Dessa forma podemos considerar que todas as abordagens tratam a governança como uma ferramenta destinada para melhorar a gestão e o processo de tomada de decisão, seja de forma coletiva, em rede, para controle interno, para ações do meio ambiente, para problemas transfronteiriços, ou baseado nos recursos da comunidade, e nas boas práticas entre setor público e privado.

2.3 Contexto da Governança no Turismo Rural

O turismo rural é definido pela localização (onde é realizada), o desenvolvimento sustentável (como se espera que a turismo rural e o seu desenvolvimento sejam sustentáveis), as características baseadas na comunidade (como a turismo rural incentiva a melhoria ou o empoderamento da comunidade local) e as experiências proporcionadas (Rosalina; Dupre; Wang, 2021). Portanto, a definição de turismo rural não é influenciada apenas pelas condições econômicas (Rosalina; Dupre; Wang, 2021), mas por diversas características em conjunto.

O desenvolvimento do turismo rural não depende apenas de uma boa dotação de recursos naturais e de investimento material suficiente, mas também deve ser realizado através da otimização contínua da cooperação entre os residentes num ambiente em constante mudança (Su et al., 2022).

Para obter áreas rurais com governança inteligentes é necessário, envolver vários grupos de partes interessadas, criação de meio de comunicação entre residentes e entre residentes e autoridades locais, promover a participação ativa no desenvolvimento rural entre as populações locais, explorar as vantagens locais individuais, implementar soluções tecnológicas que respondam às necessidades individuais, criar programas, documentos e relatórios disponíveis que aumentem o conhecimento sobre as ações tomadas (Bokun; Nazarko, 2023).

Os principais componentes para promover cooperação nos destinos turísticos rurais, incluem a interação das partes interessadas, a participação ativa da comunidade, o apoio do setor público, o planejamento, a estruturação, o financiamento, o desenvolvimento de produtos, os benefícios mútuos, a comunicação, a aprendizagem e a autoavaliação (Leite et al., 2023; Susila et al., 2023). Portanto o apoio do governo é essencial, através de formulação de políticas flexível, e promover estratégias de marketing inovadoras (Kalhor et al., 2022).

Na China, para a governança no turismo rural, os governos locais recebem liberdade para formular regulamentos locais, particularmente relacionados com o desenvolvimento econômico, ou seja, o desenvolvimento da China rural é em grande parte determinado pelos governos locais e governo municipal, portanto também existe a participação do comitê das aldeias (VC). Os governos e o VC desejavam encorajar o desenvolvimento do turismo na região para facilitar a renovação social e econômica (Wang, 2020). Dessa forma a participação dos órgãos governamentais e institucionais no turismo, é fundamental, através de medidas eficazes, para o crescimento econômico, visto que o turismo é um dos principais contribuintes para o crescimento econômico (Adedoyin; Erum; Bekun, 2022).

Conforme Rosalina et al., (2023), os principais desafios que limitavam o desempenho da gestão no turismo rural, ainda é o envolvimento comunitário, e a falta de criação de experiências co-criativas, e a falta de apoio governamental (Rosalina; Dupre; Wang, 2021). E também existe falta de apoio organizacional; falta de experiência dos trabalhadores; falta de planejamento abrangente; existe o desafio de estratégia de marketing, pela falta de informações fornecidas aos turistas; o desafio financeiro, por ser considerado apenas como uma fonte de rendimento suplementar; o desafio físico, que está relacionado acesso deficiente ao destino; e o desafio de estratégia sustentável, pelo turismo continuar orientado para a agricultura (Rosalina; Dupre; Wang, 2021).

3. Metodologia

Este estudo apresenta-se como uma revisão sistemática, planejada para responder uma pergunta específica e utiliza métodos explícitos para identificar e avaliar os estudos (Castro, 2001). De acordo com Kitchenham (2004), a revisão sistemática da literatura consiste em uma maneira de identificar, avaliar, interpretar e sintetizar as pesquisas relevantes a respeito de determinada temática, além de evidenciar as lacunas na literatura e fornece uma base para novas investigações. A questão a ser respondida é quais são as dimensões de governança no turismo e especificamente no turismo rural, presentes na literatura? Esta revisão foi conduzida conforme o método *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), o qual consiste em uma lista de itens a serem seguidos como protocolo (Moher et al., 2009).

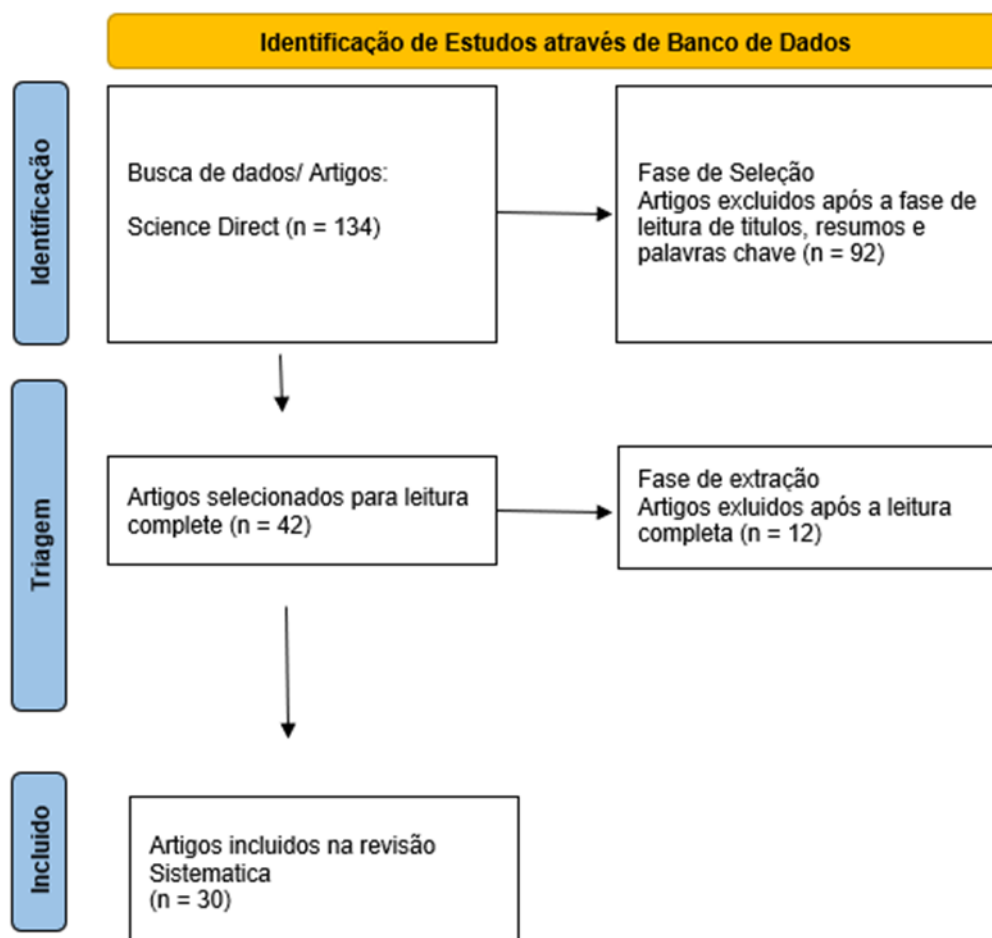
Portanto, para analisar a literatura, revisamos sistematicamente a pesquisa sobre governança no turismo até 19 de maio de 2023 nas bases de dados Scienedirect. Para realizar a revisão nas fases de seleção e extração foi utilizado o software START.

A revisão foi realizada através da busca de artigos sobre governança no turismo na base de dados *Scienedirect*. Para contornar o campo de interesse, utilizou-se a combinação dos descritores "*governance in tourism*", sem corte de período. Foram encontrados um total de 134 artigos.

Na fase de seleção, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras chaves dos artigos. Foram selecionados artigos científicos publicados que tratavam sobre governança no Turismo, e que atendiam ao critério de quartil Q1 e Q2. Foram excluídas as publicações que não atendiam aos critérios de inclusão. Dessa forma, na fase de seleção foram excluídos 92 artigos, restando um total de 42, que foram lidos na íntegra.

Na fase de extração foi realizada a leitura integral dos artigos, e foram incluídos na revisão somente aqueles utilizaram governança no campo do turismo. Foram excluídas as publicações que não atendiam aos critérios de inclusão e, dessa forma, os artigos que não aplicaram governança no turismo, também foram excluídos. Foram excluídos também artigos sem acesso aberto. Dessa forma, após a fase de extração foram excluídos mais 12 artigos por não atender aos critérios de inclusão restando 30 artigos para análise. A Figura 1 apresenta a descrição das etapas do método PRISMA.

Figura 1: Fluxograma das etapas para revisão sistemática.



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Na próxima seção, são elencadas as características das pesquisas, os artigos analisados, autores, a revista de publicação e o objetivo de cada artigo encontrado. Além disso, foram avaliadas as dimensões de governança utilizada em cada artigo, quais autores utilizaram essas dimensões e quais dimensões foram utilizadas no turismo rural. Por fim, com o intuito de explorar áreas ainda carentes de estudo, foram evidenciadas lacunas para pesquisas futuras.

4. Resultados e Discussão

Os 30 trabalhos analisados são detalhados no Quadro 1, contendo informações de autores, revista, e objetivo dos artigos e tipos de governança.

Quadro 1: Descrição dos artigos analisados e tipos de governança

Autores	Revista	Objetivo	Tipos de Governança
Vernon et al. (2004)	Annals of Tourism Research	Avaliar a eficácia de abordagens colaborativas para a formulação de políticas para promover a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas de turismo.	Governança colaborativa: obter apoio, ou colaboração entre os setores públicos e privados, para obter processos democráticos, inclusivos e equitativos de gestão.
Wang, Zhang e Qiu (2022)	Journal of Hospitality and Tourism Management	Esta pesquisa se concentra em destinos de turismo vermelho na China para analisar como uma estrutura de governança hierárquica pode incorrer em problemas de sustentabilidade do destino.	
Erkuş-Öztürk e Eraydın (2010)	Tourism Management	Analisa as redes de governança e a literatura sobre desenvolvimento sustentável e fornecendo resultados empíricos que destacam a importância das redes de governança no desenvolvimento do turismo sustentável, a importância de diferentes escalas de redes de governança colaborativa e o papel da organização edifício para o desenvolvimento do turismo ambientalmente sustentável em Antalya.	Rede de governança ambiental: práticas em conjunto, de agentes com mesmo interesse para melhorar os recursos naturais e contribuir para a sustentabilidade ambiental.
Hultman e Hall (2012)	Annals of Tourism Research	Ilustra empiricamente a agência de criação de lugares do turismo, envolvendo-se com os aspectos práticos da produção de atratividade geográfica.	Governança de localidade: procedimentos em lugares turísticos considerando as relações sociais, ou seja, combinada com uma ontologia espacial e análise focada em processos de construção social.
Bassanoia et al. (2019)	Cities	Apresenta o papel estratégico que o processo de narrativa do lugar pode desempenhar na definição da reputação de um lugar, aumentando sua competitividade e embelezando seu significado.	
Wan (2013)	Tourism Management	Compara a governança do planejamento do turismo entre Hong Kong e Macau e as duas Regiões Administrativas Especiais (SARs) da China.	Governança do planejamento: esclarece como o poder é distribuído e, como as decisões de turismo são tomadas, ou seja, fornece informações sobre como os sistemas de governança são capazes de responder às mudanças nas circunstâncias sociais, econômicas e políticas de uma sociedade.
Wan e Bramwell (2015)	Tourism Management	Examina como a economia política de Hong Kong influencia seus modos locais de governança do turismo e planejamento de desenvolvimento.	
Atumanatpan et al. (2017)	Ocean & Coastal Management	Avaliou as percepções de governança dos recursos marinhos e costeiros entre as autoridades nacionais e provinciais e os residentes de Koh Tao com base na legislação, instituições e processos e princípios de governança transparência, participação, estado de direito, responsabilidade e acesso à justiça.	
Vogel e Field (2020)	Political Geography	Analisa como a vida cotidiana, o estado e a nacionalidade são regulados e organizados em um espaço fronteiriço afetado por conflitos por meio de atividades econômicas.	
Ayiine-Etigo e Amankwah-Amoah (2021)	Tourism Management Perspectives	Analisa uma contribuição significativa para superando o “outro” da indústria de aviação da África, que examina sua governança no passado, no presente e no futuro alternativo do espaço da aviação na África, vinculando sua importância ou não ao setor de turismo na África.	

Al-Najjar (2014)	Tourism Management	Explora a relação entre governança corporativa e desempenho da empresa em empresas de turismo.	Governança corporativa: procedimentos para tomar decisões em assuntos corporativos para atender aos interesses dos diferentes participantes e melhorar o desempenho das empresas.
Jarboui, Guetat e Boujelbene (2015)	Journal of Hospitality and Tourism Management	Determina a incidência de governança corporativa interna em hotéis da Tunísia.	
Guetat, Jarboui e Boujelbene (2015)	Tourism Management Perspectives	Investiga o impacto da governança corporativa no desempenho dos hotéis da Tunísia.	
Yeh (2018)	Tourism Management	Investiga se certos tipos de governança do conselho em empresas de turismo listadas são preferidos por investidores institucionais estrangeiros.	
Torres e Augusto (2021)	Tourism Management	Determina se a atenção das empresas às questões sociais e a presença da dualidade do CEO contribuem para a resiliência das empresas a choques exógenos.	
Qian et al. (2016)	Tourism Management Perspectives	Avalia os dois sistemas de governança diferentes, o turismo baseado na comunidade (CBT) e o turismo de operação de arrendamento (LOT) atualmente implementados em Jade e Phoenix Valley.	Governança de turismo baseado na comunidade (CBT) e o turismo de operação de arrendamento (LOT): a governança sob o turismo baseado na comunidade envolve a participação das comunidades locais na gestão do turismo e governança de turismo de operação de arrendamento é a empresa comercial que tem o direito de desenvolver o turismo na comunidade.
Qian et al. (2017)	Tourism Management	Apresenta meios de subsistência locais sob as governanças baseadas na comunidade (CBT) e arrendamento para operar o turismo (LOT) em duas vilas turísticas; os vales Jade e Phoenix localizados na área montanhosa de Huangshan.	
Rocca e Zielinski (2022)	Tourism Management Perspectives	Aborda a lacuna de conhecimento relacionada à identificação do tipo de desenvolvimento do turismo necessário para contribuir para o estabelecimento da paz e avalia o papel do capital social e da governança no desenvolvimento do turismo e os impactos associados nas comunidades em situação pós-conflito.	
Stoffelen, Loannides e Vanneste (2017)	Annals of Tourism Research	Identifica obstáculos distintos ao estabelecimento da governança de destinos turísticos em fronteiras transnacionais e dentro do país.	Governança transfronteiriça: procedimentos de cooperação entre fronteiras para fortalecer a inovação e a troca de conhecimento.
Adie e Amore (2020)	Annals of Tourism Research	Analisa a meta-governança italiana das Prehistoric Pile Dwellings, um sítio serial transfronteiriço.	
Nunkooa (2017)	Journal of Destination Marketing & Management	Investiga as perspectivas teóricas sobre confiança, poder e capital social e exemplifica suas contribuições para a governança do turismo e o turismo sustentável.	Governança no turismo sustentável: práticas que atende as necessidades dos atores envolvidos, visando novas oportunidades para o futuro.
Roxas, Rivera y e Gutierrez (2020)	Journal of Hospitality and Tourism Management	Desenvolve uma estrutura de 5 pontos para as partes interessadas no turismo que explica como as partes interessadas no turismo podem aproveitar seus papéis e vantagens colaborativas na governança dos destinos por meio da regulamentação, conservação e subsistência.	

Zeea, Gerretsa e Vannestea (2017)	Journal of Destination Marketing & Management	Buscar fornecer uma melhor compreensão do paradoxo entre a literatura acadêmica, que relata um crescente conhecimento sobre os potenciais benefícios que as redes podem ter para o turismo, e os inúmeros exemplos em que instituições públicas ou iniciativas público-privadas não conseguiram organizar redes de turismo.	Governança de rede: procedimentos de Governança com foco na colaboração e no engajamento das partes interessadas, e aumentando a auto-organização das partes interessadas nos destinos.
Mayer et al. (2018)	Ocean & Coastal Management	Analisa o nexo entre a governança e o impacto econômico da observação de baleias WW no caso das lagoas costeiras da Reserva da Biosfera El Vizcaíno (EVBR), Baja California, México.	Governança ambiental: procedimentos e decisões relacionados ao meio ambiente, considerando um sistema de normas, políticas e práticas do órgão regulador.
Nordin et al. (2019)	Tourism Management Perspectives	Analisa e compara as transições de governança de destino nos destinos de esqui bem-sucedidos de Åre (Suécia), Whistler (Canadá) e Dolomites (Itália).	Governança de destino: abordagem que analisa a coordenação dos componentes da experiência turística e os diferentes atores envolvidos.
Mancini et al. (2020)	Tourism Management	Investiga as instituições e estruturas de governança que podem resultar em operações de recreação da vida selvagem socioeconômica e ecologicamente sustentáveis em diferentes estágios do ciclo de vida do destino turístico.	Governança adaptativa: estabelece colaborações flexíveis e baseadas na aprendizagem e processos de tomada de decisão envolvendo diferentes partes interessadas em vários níveis, com gestão de sistemas socioecológicos adaptativa.
Mandic e Kennell (2021)	Tourism Management Perspectives	Analisa o papel do SG na otimização do desenvolvimento do turismo e testa a influência de fatores contextuais específicos do destino patrimonial nas atitudes da Organização de Gerenciamento de Destino (DMO) em relação a diferentes aspectos do SG.	Governança inteligente: procedimentos com técnicas inteligentes, com a colaboração do setor público e privado e uso da tecnologia.
Ivars-Baidal et al. (2023)	Cities	Analisa como a abordagem inteligente está sendo implementada nos processos de planejamento de cidades e destinos turísticos espanhóis e suas implicações em termos de governança, sustentabilidade e gestão pública baseada em dados.	
Weaver, Casali e McLennan (2022)	Tourism Management	Investiga o potencial da governança transformadora para abordar o problema do turismo das mudanças climáticas.	Governança transformadora: mudar ativamente um sistema socioecológico para um regime alternativo e mais desejável, alterando as estruturas e processos que definem o sistema.

Wan et al. (2022)	Journal of Hospitality and Tourism Management	Examina como Macau adotou a governança de parceria público-privada para ajudar na recuperação de sua indústria do turismo pós-COVID.	Governança hierárquica: realiza uma estrutura “de cima para baixo” do governo de ponta para o público, apresentando direção e controle.
----------------------	--	--	---

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Conforme o Quadro 1, foram apresentados os trabalhos encontrados analisados, todos abordando sobre governança no turismo, utilizando diversas dimensões, considerando o objetivo de cada artigo. Os dados apresentados demonstram que as revistas que mais se destacam em relação às publicações de governança aplicada ao turismo é *Tourism Management*, com nove artigos, *Tourism Management Perspectives* com seis artigos, e logo depois temos *Annals of Tourism Research* e *Journal of Hospitality and Tourism Management*, ambas com quatro artigos.

Na coluna nomeada tipos de governança, é possível identificar também as dimensões encontradas, e qual o conceito utilizado nos estudos, referente a cada dimensão identificada. As dimensões de governança encontradas foram: governança colaborativa, rede de governança ambiental, governança de localidade, governança do planejamento, governança corporativa, governança de turismo baseado na comunidade (CBT) e o turismo de operação de arrendamento (LOT), governança transfronteiriça, governança no turismo sustentável, governança de rede, governança ambiental, governança de destino, governança adaptativa, governança Inteligente, governança transformadora, governança hierárquica, governança comunitária.

É notório que as dimensões mais trabalhadas na literatura são governança corporativa (Al-Najjar, 2014; Guetat; Boujelbene, 2015; Guetat; Jarboui; Boujelbene, 2015; Yeh, 2018; Augusto, 2021), e a Governança do planejamento (Wan, 2013; Wan; Bramwell, 2015; Moore; Lentisco; Kirkman, 2017; Vogel; Field, 2020; Ayiine-Etigo; Amankwah-Amoah, 2021).

Enquanto que as dimensões que foram pouco utilizadas na literatura foram, rede de governança ambiental, governança de rede, governança ambiental, governança de destino, governança adaptativa, governança transformadora e por fim, governança hierárquica.

A dimensão de governança colaborativa identificada nos estudos trata sobre a colaboração entre os setores públicos e privados, para obter processos democráticos. Conforme apresentado também por Emerson, Nabatchi e Balogh (2012), a colaboração dos setores acontece na tomada de decisão coletiva para alcançar objetivos compartilhados que não poderiam ser cumpridos individualmente.

Na dimensão de governança corporativa, os artigos encontrados apresentam conceito de procedimentos para tomar decisões em assuntos corporativos para atender aos interesses dos diferentes participantes e melhorar o desempenho das empresas, conforme também afirmado por Marques (2007).

Na dimensão de governança de rede, Alvarez, Silva, Proença (2002) utilizaram o conceito de procedimentos com foco no engajamento das partes interessadas, ao afirmar que a governança em rede envolve a missão de uma organização; valores de gestão; estrutura organizacional; controle de gestão; hierarquias; sistemas de informação para gestão, para manter sempre um alinhamento com as diretrizes estabelecido de acordo com os participantes.

Para a governança ambiental destaca o conceito de decisões relacionados ao meio ambiente, considerando um sistema de normas, políticas e práticas do órgão regulador (Agravall; Lemos, 2006), referindo-se ao conjunto de processos regulatórios, onde os atores políticos influenciam as ações e resultados ambientais envolvendo múltiplos segmentos da sociedade, enquanto que na rede de governança ambiental, foram encontradas práticas em

conjunto de agentes com mesmo interesse para melhorar os recursos naturais e contribuir para a sustentabilidade ambiental.

Na dimensão de governança transfronteiriça, o artigo apresenta como procedimentos de cooperação entre fronteiras para fortalecer a inovação e a troca de conhecimento. Portanto vai ao encontro de Nelles e Durand (2014) que aborda como um processo político de tomada de decisão participativa para resolução de problemas transfronteiriços complexos e dinâmicos.

Para a dimensão de governança de turismo baseado na comunidade (CBT) e o turismo de operação de arrendamento (LOT), os artigos encontrados apresentam respectivamente que a governança CBT envolve a participação das comunidades locais na gestão do turismo e a governança LOT é a empresa comercial que tem o direito de desenvolver o turismo na comunidade. Fabrino, Nascimento e Costa, (2016) também afirmam que na governança CBT a população local tem o protagonismo na gestão de bens e serviços turísticos.

Para a dimensão de governança inteligente, os artigos encontrados utilizam o conceito de procedimentos com técnicas inteligentes, com a colaboração do setor público e privado e uso da tecnologia, ou seja, por meio de uma combinação de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Conforme afirmado por Scholl e Scholl (2014) através de boas práticas para cidades inteligentes.

Na dimensão de governança de localidade, os artigos estudam os procedimentos em lugares turísticos considerando as relações sociais, ou seja, a análise focada em processos de construção social. Enquanto que na dimensão de governança do planejamento, os artigos encontrados estudam sobre o poder distribuído e, como as decisões de turismo são tomadas, ou seja, fornece informações sobre como os sistemas de governança são capazes de responder às mudanças nas circunstâncias sociais, econômicas e políticas de uma sociedade.

Em governança de destino, os estudos utilizam a abordagem que analisa a coordenação dos componentes da experiência turística e os diferentes atores envolvidos. Na governança adaptativa, os artigos estabelecem colaborações flexíveis e baseadas na aprendizagem e processos de tomada de decisão envolvendo diferentes partes interessadas em vários níveis, com gestão de sistemas socioecológicos adaptativa.

Na dimensão de governança transformadora, o artigo encontrado utiliza o conceito de mudar ativamente um sistema socioecológico para um regime alternativo e mais desejável, alterando as estruturas e processos que definem o sistema. Por fim, na governança hierárquica, o artigo analisado realiza uma estrutura “de cima para baixo” do governo de ponta para o público, apresentando direção e controle.

As dimensões identificadas no turismo rural foram governança baseado na comunidade (Rocca; Zielinski, 2022); e turismo baseado na comunidade e o turismo de operação de arrendamento (Qian et al., 2016; Qian et al., 2017).

Rocca e Zielinski (2022) utiliza a dimensão de governança baseado na comunidade e capital social para identificar uma estratégia para reduzir a pobreza rural e as desigualdades sociais em regiões afetadas pela violência política nos destinos de turismo rural. Com base em um conjunto de indicadores para medir o capital social e os benefícios econômicos, socioculturais e ambientais percebidos pela comunidade, o estudo de caso em Minca, Sierra Nevada de Santa Marta (Colômbia), demonstra que o turismo pouco beneficia as comunidades quando não há capital social suficiente e governança não estruturada devido à baixa presença do governo.

Qian et al. (2016) avalia dois sistemas de governança diferentes, o turismo baseado na comunidade (CBT) e o turismo de operação de arrendamento atualmente implementados em Jade e Phoenix Valley, perto do Patrimônio Mundial da Montanha Huangshan, localizado na China. Realizaram entrevistas domiciliares e questionários para todas as famílias que vivem nesses vales e compararam os resultados dos diferentes arranjos institucionais por meio da

análise de eficiência, igualdade, responsabilidade e adaptabilidade de acordo com vários indicadores de avaliação. Os resultados indicaram que a governança CBT tem vantagens consideráveis em comparação com a LOT porque a CBT melhorou amplamente os meios de subsistência das famílias locais e aumentou a conscientização local sobre a conservação da natureza. Os resultados demonstraram claramente que o CBT pode gerar grandes benefícios econômicos, ecológicos e sociais e, portanto, é o sistema de governança mais eficaz no desenvolvimento do turismo.

Qian et al. (2017) avaliaram os meios de subsistência locais sob as governanças baseadas na comunidade (CBT) e governanças baseadas no arrendamento (LOT) para operar o turismo na área rural, em duas vilas turísticas; os vales Jade e Phoenix localizados na área montanhosa de Huangshan, na China. Usaram a abordagem de meios de subsistência sustentáveis para avaliar os meios de subsistência das famílias locais e os arranjos institucionais que existem nesta área com relação ao desenvolvimento do turismo. Cinco bens de capital foram analisados de acordo com 15 indicadores. Os valores dos capitais natural, físico, humano, social e financeiro foram mais elevados para CBT. O valor geral dos bens de subsistência foi de 0,89 sob o CBT em comparação com 0,51 sob o LOT, indicando que o CBT contribuiu mais para a melhoria dos meios de subsistência na área rural. Portanto o CBT deve ser promovido como uma política de redução da pobreza na China.

Dessa forma, podemos observar, conforme os artigos identificados, que foram utilizados somente as dimensões de governanças baseadas na comunidade e governanças baseadas no arrendamento, e na qual os resultados dos artigos demonstram que, quando comparam a melhor governança a ser aplicada no turismo rural, é baseada na comunidade. Porém é possível observar também que os artigos de Qian et al. (2016) e Qian et al. (2017) foram aplicados no mesmo local, nas áreas rurais turísticas, nos vales Jade e Phoenix localizados na área montanhosa de Huangshan.

É notório que a governança baseada na comunidade, é uma dimensão de governança ideal para ser aplicada no turismo rural, conforme citado Su et al. (2022), Bokun e Nazarko (2023) Leite et al. (2023), Susila et al. (2023), considerando que a mesma, envolve a participação das comunidades locais na gestão do turismo.

Mesmo que ainda existem os desafios de desenvolvimento comunitário e participação do governo, enfrentados no turismo rural, conforme citado por Rosalina et al. (2023) e Rosalina, Dupre e Wang (2021), a China e Colômbia vem tentando desenvolver essa cooperação, utilizando a governança de base comunitária, conforme apresentado nos artigos encontrados, e também conforme citado no trabalho de Wang (2020).

5. Considerações Finais

O tema governança no turismo contempla diversas abordagens na literatura científica. Fica evidente que diferentes tipos de dimensões de governança se manifestam no turismo, e que podem operar ao mesmo tempo, por isso, é importante conhecer as dimensões de governança, pois ajudará a ter maior capacidade de realização dos procedimentos de políticas públicas.

Dessa forma, este artigo buscou fazer um levantamento na literatura das dimensões de governança no campo do turismo dando um destaque ao turismo rural, na produção acadêmica. Para tanto, procedeu-se uma revisão sistemática que permitiu uma melhor compreensão do campo investigado, das suas dimensões encontradas, os conceitos relacionados, bem como o objetivo de cada estudo. Com este cenário, é possível determinar rumos para novas pesquisas que possam avançar neste campo de estudo.

As dimensões encontradas na literatura foram a governança colaborativa, rede de governança ambiental, governança de localidade, governança do planejamento, governança

corporativa, governança de turismo baseado na comunidade (CBT) e o turismo de operação de arrendamento (LOT), governança transfronteiriça, governança no turismo sustentável, governança de rede, governança ambiental, governança de destino, governança adaptativa, governança inteligente, governança transformadora, governança hierárquica, governança comunitária.

As dimensões identificadas no turismo rural foram governança baseado na comunidade, aplicada na Colômbia, turismo baseado na comunidade e o turismo de operação de arrendamento, ambas aplicadas na mesma região na China.

Apresentamos, como limitação de pesquisa, a utilização somente de uma base de dados. A sugestão para as pesquisas futuras é realizar novas revisões com a aplicação apenas de uma abordagem de governança no turismo, ou também a pesquisa dessas abordagens nos setores específicos do turismo, como por exemplo no turismo rural. Outra sugestão é analisar e aplicar em estudos empíricos os procedimentos das abordagens pouco encontradas na literatura, como rede de governança ambiental, governança de rede, governança de destino, governança adaptativa, governança transformadora, governança hierárquica e governança comunitária.

Este estudo destaca-se não somente pelo valor da revisão sistemática, mas também para ajudar os pesquisadores interessados em estudos utilizando abordagens de governança no turismo, bem como favorecer avanços em seus estudos, servindo como base teórica para o desenvolvimento de estudos futuros.

Referências

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S. Desvinculação das instituições. **Journal of Political Economy**, v.113, n. 5, p. 949–995, 2005.
- ADEDOYIN, F. F.; ERUM, N.; BEKUN, F. V. How does institutional quality moderates the impact of tourism on economic growth? Startling evidence from high earners and tourism-dependent economies. **Tourism Economics**, v. 28, n. 5, p. 1311–1332, 1 ago. 2022. 4, p. 166–172, 16 dez. 2022.
- ADIE, B. A.; AMORE, A. Transnational World Heritage, (meta)governance and implications for tourism: An Italian case. **Annals of Tourism Research**, v. 80, p. 102844, 1 jan. 2020
- ALVAREZ, R. R.; SILVA FILHO, S. J. M.; PROENÇA, A. **Redes simétricas e seu processo de definição de estratégia coletiva e modelo de governança**: propostas no âmbito das redes de incubadoras e parques tecnológicos, 2000.
- AL-NAJJAR, B. Corporate governance, tourism growth and firm performance: Evidence from publicly listed tourism firms in five Middle Eastern countries. **Tourism Management**, v. 42, p. 342–351, 1 jun. 2014.
- ATUMANATPAN, S. et al. An assessment of governance of marine and coastal resources on Koh Tao, Thailand. **Ocean & Coastal Management**, v. 148, p. 143–157, 1 nov. 2017.
- AYIINE-ETIGO, D. A.; AMANKWAH-AMOA, J. COVID-19 and Africa's aviation and tourism sectors: A new agenda for the future? **Tourism Management Perspectives**, v. 39, p. 100840, 1 jul. 2021.
- BASSANO, C. et al. Storytelling about places: Tourism marketing in the digital age. **Cities**, v. 87, p. 10–20, 1 abr. 2019.
- BEAUMONT, N.; DREDGE, D. Governança local do turismo: uma comparação de três abordagens de rede. **Jornal de Turismo Sustentável**, v. 18, n. 1, p. 7–28, 2010.
- BOGONI, N. M. et al. Proposta de um modelo de relatório de administração para o setor público baseado no parecer de orientação n. 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários: um instrumento de governança corporativa para a administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 1, p. 119-142, 2010.

- BOKUN, K.; NAZARKO, J. Smart villages concept — A bibliometric analysis and state-of-the-art literature review. **Progress in Planning**, Smart villages concept — A bibliometric analysis and state-of-the-art literature review. v. 175, p. 100765, 1 set. 2023.
- BRAMWELL, B. Governança, Estado e turismo sustentável: uma abordagem de economia política. **Jornal de Turismo Sustentável**, v. 19, 2011.
- BRAMWELL, B.; LANE, B. Pesquisa crítica sobre governança do turismo e sustentabilidade. **Jornal de Turismo Sustentável**, v. 19, 2011.
- CASTRO, A. A. Revisão sistemática e meta-análise. **Compacta: temas de cardiologia**, v. 3, n. 1, p. 5-9, 2001.
- CHEN, S.; SOTIRIADIS, M.; SHEN, S. The influencing factors on service experiences in rural tourism: An integrated approach. **Tourism Management Perspectives**, v. 47, p. 101122, jun. 2023.
- CRUZ, R. C. A. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. **América Latina: cidade, campo e turismo**. San Pablo: CLACSO, 2006
- DACHARY, A. C.; BURNE, S. M. A. El estudio del turismo: ¿un paradigma en formación? **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 15, n. 2, p. 179-193, abr. 2006.
- DURAN FUENTES, C. **Governança para o setor de turismo e sua mensuração**. Estatísticas da OMT e Programa de Conta Satélite de Turismo. 2013.
- ERKUŞ-ÖZTÜRK, H.; ERAYDIN, A. Environmental governance for sustainable tourism development: Collaborative networks and organisation building in the Antalya tourism region. **Tourism Management**, v. 31, n. 1, p. 113–124, 1 fev. 2010.
- EMERSON, K.; NABATCHI, T.; BALOGH, S. An Integrative Framework for Collaborative Governança. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 22, n. 1, p. 1–29, 2012.
- FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 172–190, 2016.
- FOLARIN, O.; ADENIYI, O. **O turismo reduz a pobreza nos países da África Subsaariana?** Jornal da pesquisa do curso. 2019
- GISPERT, O. B. I.; CLAVÉ, S. A. Dimensions and models of tourism governance in a tourism system: The experience of Catalonia. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 17, 2020.
- GOMES, B. M. **Políticas públicas de turismo: interação empresários-setor público em Curitiba sob a ótica institucional**. 2015. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015
- GRIN, E. J.; ABRUCIO, F. L. Quando nem todas as rotas de cooperação intergovernamental levam ao mesmo caminho: arranjos federativos no Brasil para promover capacidades estatais municipais. **Revista do Serviço Público**, v. 69, p. 85– 122, 2018.
- GUETAT, H.; JARBOUI, S.; BOUJELBENE, Y. Evaluation of hotel industry performance and corporate governance: A stochastic frontier analysis. **Tourism Management Perspectives**, v. 15, p. 128-136, 2015
- HOLM, C.; SCHOLER, F. Reduction of asymmetric information through corporate governance mechanisms – the important of ownership dispersion and exposure toward the international capital market. **Corporate Governance: An International Review**, v. 18, n. 1, p. 32-47. 2010.
- HOWLETT, M.; RAYNER, J.; TOLLEFSON, C. Do governo à governança no planejamento florestal? Lições do caso da iniciativa British Columbia Great Bear Rainforest. **Política e Economia Florestal**, v. 11, n. 5, p. 383 e 391, 2009.

- HULTMAN, J.; HALL, C. M. Tourism place-making: Governance of Locality in Sweden. **Annals of Tourism Research**, v. 39, n. 2, p. 547–570, 1 abr. 2012.
- IVARS-BAIDAL, J. A. et al. Smart city and smart destination planning: Examining instruments and perceived impacts in Spain. **Cities**, v. 137, p. 104266, 1 jun. 2023.
- JARBOUI, S.; GUETAT, H.; BOUJELBÈNE, Y. Evaluation of hotels performance and corporate governance mechanisms: Empirical evidence from the Tunisian context. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 25, p. 30-37, 2015
- KALHORO, M. et al. The Smart Eco-Tourism: A Review for the Post COVID-19 in Malaysia. **International Journal of Intelligent Systems and Applications in Engineering**, v. 10, n.
- KITCHENHAM, B. Procedures for performing systematic reviews. **Keele University**, v. 33, p. 1-26. 2004.
- LEITE, H. D. L. K. et al. Cooperation in rural tourism routes: Evidence and insights. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 57, p. 84–96, dez. 2023.
- LUCILA, S. M. **Destinos Turísticos Inteligentes: una perspectiva desde la inclusión social y la participación comunitaria**. Actas [...]. Seminario Internacional Destinos Turísticos Inteligentes: nuevos horizontes en la investigación y gestión del turismo. Sant Vicent del Raspeig: Publicacions de la Universitat d'Alacant, p. 215-228, 2017.
- MANCINI, F. et al. Monitoring tourists' specialisation and implementing adaptive governance is necessary to avoid failure of the wildlife tourism commons. **Tourism Management**, v. 81, p. 104160, 1 dez. 2020.
- MANDIĆ, A.; KENNEL, J. Smart governance for heritage tourism destinations: Contextual factors and destination management organization perspectives. **Tourism Management Perspectives**, v. 39, p. 100862, 1 jul. 2021.
- MARQUES, M. C. C. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao sector público. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 11-26. 2007.
- MAYER, M. et al. The nexus between governance and the economic impact of whale-watching. The case of the coastal lagoons in the El Vizcaíno Biosphere Reserve, Baja California, Mexico. **Ocean & Coastal Management**, Coastal Systems in Transition. v. 162, p. 46–59, 1 ago. 2018.
- MENDES-DA-SILVA, W. **Governança corporativa e estratégia: evidências de associações e implicações para o desempenho financeiro de indústrias brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração), UFPE, Recife, pg 197, 2003.
- MOHER, D. et al. Reprint-preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **Physical Therapy**, v. 89, n. 9, p. 873-880. 2009
- NARAYAN, P.; SHARMA, S. O turismo prevê o desempenho macroeconômico nos países das Ilhas do Pacífico? **Modelagem Econômica**, v. 47, p. 260e270, 2013.
- NELLES, J.; DURAND, F. Political rescaling and metropolitan governance in cross-border regions: comparing the cross-border metropolitan areas of Lille and Luxembourg. **European Urban and Regional Studies**, London, v. 21, n. 1, p. 104–122, 2014.
- NORDIN, S. et al. Destination governance transitions in skiing destinations: A perspective on resortisation. **Tourism Management Perspectives**, v. 31, p. 24–37, 1 jul. 2019.
- NUNKOO, R. Governance and sustainable tourism: What is the role of trust, power and social capital? **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 6, n. 4, p. 277–285, 1 dez. 2017.
- OFORI, IK. et al. **Remessas e rendimentos Desigualdade em África: Limiares de desenvolvimento financeiro para a política económica**. Research in Globalization, 2022
- OMT - Organização Mundial do Turismo. **Tendências do Turismo Internacional**, OMT, Madrid, 2020

- PENNY WAN, Y. K. A comparison of the governance of tourism planning in the two Special Administrative Regions (SARs) of China – Hong Kong and Macao. **Tourism Management**, v. 36, p. 164–177, 1 jun. 2013.
- PEREIRA, L. C. A **Governança do turismo na região do extremo Sul Catarinense sob a ótica dos destinos turísticos inteligentes**. 2021. Dissertação (Mestrado), curso de Programa de Pós Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina. Araranguá, 2021.
- PIMENTEL, T. D.; PIMENTEL, M. P. C. Destino turístico como construção coletiva: os atores envolvidos e sua necessidade de articulação, **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 18, 2015.
- QIAN, C. et al. Effective governance in tourism development – An analysis of local perception in the Huangshan mountain area. **Tourism Management Perspectives**, v. 20, p. 112–123, 1 out. 2016.
- QIAN, C. et al. Local livelihood under different governances of tourism development in China – A case study of Huangshan mountain area. **Tourism Management**, v. 61, p. 221–233, 1 ago. 2017.
- ROCCA, L. H. D.; ZIELINSKI, S. Community-based tourism, social capital, and governance of post-conflict rural tourism destinations: the case of Minca, Sierra Nevada de Santa Marta, Colombia. **Tourism Management Perspectives**, v. 43, p. 100985, 1 jul. 2022.
- ROSALINA, P. D. et al. Rural tourism resource management strategies: A case study of two tourism villages in Bali. **Tourism Management Perspectives**, v. 49, p. 101194, 1 nov. 2023.
- Rosalina, P. D.; Dupre, K.; Wang, Y. Rural tourism: A systematic literature review on definitions and challenges. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, 47, 134-149, 2021.
- ROXAS, F. M. Y.; RIVERA, J. P. R.; GUTIERREZ, E. L. M. Mapping stakeholders' roles in governing sustainable tourism destinations. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 45, p. 387–398, 1 dez. 2020.
- SCHOLL, H. J.; SCHOLL, M. C. **Smart Governance: a roadmap for research and practice**. (I. D. E. for A. to L. and S. (IDEALS), Ed.). In: ICONFERENCE; 9. 2014. Berlin. Proceedings. Berlin: 2014.
- SILVEIRA, A. D. M.; BARROS, L. A. B. C.; FAMÁ, R. Atributos corporativos e concentração acionária no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 2, p. 51-66. 2008.
- STOFFELEN, A.; IOANNIDES, D.; VANNESTE, D. Obstacles to achieving cross-border tourism governance: A multi-scalar approach focusing on the German-Czech borderlands. **Annals of Tourism Research**, v. 64, p. 126–138, 1 maio 2017.
- SU, Y. et al. Adaptive change of institutions and dynamic governance of the tragedy of the tourism commons: Evidence from rural China. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 53, p. 32–49, dez. 2022.
- SUSILA, I. et al. Does interconnectivity matter? An integration model of agro-tourism development. **Asia Pacific Management Review**, p. S1029313223000635, ago. 2023.
- TORRES, P.; AUGUSTO, M. Attention to social issues and CEO duality as enablers of resilience to exogenous shocks in the tourism industry. **Tourism Management**, v. 87, p. 104400, 1 dez. 2021.
- VELASCO-GONZÁLEZ, M. **Gestión pública del turismo**. La gobernanza. In: PULIDO-FERNÁNDEZ, I. J.; LÓPEZ-SÁNCHEZ, Y. Gestión estratégica sostenible de destinos turísticos. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, Servicio de Publicaciones. p. 469-519. 2013
- VERNON, J. et al. Collaborative policymaking: Local Sustainable Projects. **Annals of Tourism Research**, v. 32, n. 2, p. 325–345, 1 abr. 2005.

- WAN, Y. K. P. et al. Destination governance in times of crisis and the role of public-private partnerships in tourism recovery from Covid-19: The case of Macao. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 51, p. 218–228, 1 jun. 2022.
- WANG, Y.; BRAMWELL, B. Proteção do patrimônio e prioridades de desenvolvimento do turismo em Hangzhou, China: uma economia política e perspectiva de governança. **Gestão de Turismo**, v. 33, n. 4, p. 988e998. 2012.
- WANG, Y. Institutional interaction and decision making in China's rural development. **Journal of Rural Studies**, v. 76, p. 111-119, 2020.
- WEAVER, D. et al. Pragmatic engagement with the wicked tourism problem of climate change through ‘soft’ transformative governance. **Tourism Management**, v. 93, p. 104573, 1 dez. 2022.
- WORLD TRADE REPORT: **The future of services trade**. p. 232, 2019. WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO) (ED.). Panorama OMT del turismo internacional Edición. World Tourism Organization (UNWTO), 2018.
- WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL. **Coronavirus puts up to 50 million Travel and Tourism jobs at risk says WTTC**, 2020.
- YEH, Chien Mu. Does board governance matter for foreign institutional investors to invest in listed tourism firms? **Tourism Management**, v. 68, p. 66-78, 2018.